



Entrevista com a professora Graça Druk sobre terceirização na UFBA Pág. 6



IV Encontro de professores da aposentados será 26 e 27/10 Pág.2



www.apub.org.br

# Jornal APUB

JORNAL DO SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA

## Apub adere à Campanha



**CONHECIMENTO  
SEM CORTES**

Tesourômetro será instalado na UFBA Pág. 6



**Em encontro internacional, PROIFES, CNTE e Contee apresentam estratégias de luta contra mercantilização da educação** Pág. 8

**Educação pública brasileira enfrenta cenário inédito de desmonte** Pág. 4

## Editorial

## Em tempos de crise, o desafio é educar para a liberdade

Para que serve educar? Em tempos nos quais a necessidade mais premente das instituições públicas de ensino é pagar as contas básicas para continuar funcionando, a pergunta pode parecer fora de lugar. Entretanto, é justamente pela crise atual que devemos nos perguntar mais do que nunca qual o propósito do que fazemos. Defendemos, sim, a universidade e a educação públicas de ataques privatizantes (pág. 8) e tentativas de desmonte (pág. 4), mas nos cabe também pensar e propor: quem nós educamos? E para quê? Essa é a reflexão que permeia toda a edição do Jornal. Trazemos também algumas das nossas ações de mobilização, como a adesão à Campanha Conhecimento Sem Cortes (pág. 3), a criação do Comitê Apub para recolher assinaturas contra a Reforma Trabalhista e a retomada do Fórum Estadual dos Servidores Públicos (pág. 7), além de uma entrevista com a professora Graça Druck (FFCH) sobre a terceirização na universidade. Ainda em outubro, o sindicato prepara o tradicional Caruru do Professor (dia 21) e o IV Encontro de Professores Aposentados (dias 26 e 27). E todas as quartas-feiras, às 10h, em nossa sede, acontecem as reuniões da Comissão de Mobilização. Convidamos todos/as os/as docentes a participar das atividades, a propor novas ações e contribuir com o debate.



*Encontro dos*  
**PROFESSORES  
APOSENTADOS**  
**APUB SINDICATO**

**ALEGRIA E LUTA CONSTRUÍMOS JUNTOS**  
**ENCONTRO, COMEMORAÇÃO E PERSPECTIVAS**

## IV Encontro de Professores Aposentados da Apub

Com o tema “Alegria e Luta construímos juntos: encontro, comemoração e perspectivas”, o IV Encontro dos Professores Aposentados da Apub acontece nos dias 26 e 27 de outubro. A abertura será na sede do sindicato e as demais atividades, no Hotel Portobello. Haverá debate sobre a conjuntura nacional e ameaças à aposentadoria; também informes do departamento jurídico e da Comissão de Aposentados do Sindicato, organizadora do Encontro, que esteve presente no Encontro Nacional do PROIFES-Federação sobre Assuntos de Aposentadoria, ocorrido em Florianópolis, em setembro. Na programação, haverá ainda exposição de arte e apresentações musicais, entre as quais o Coral Polivoz.

**COMITÊ APUB**



**Coleta de Assinaturas para Projeto de Lei de Iniciativa Popular na Sede da Apub Sindicato**



**CAMPANHA NACIONAL PELA ANULAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA**



JORNAL DA  
APUB SINDICATO DOS  
PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES  
FEDERAIS DE ENSINO  
SUPERIOR DA BAHIA

Rua Aristides Novis, 44,  
CEP 40210-630  
Federação - Salvador - Bahia

71 3235-7433  
apub@apub.org.br  
www.apub.org.br  
www.facebook.com/  
apub.sindicato/  
twitter.com/apubsindicato

PRESIDENTA  
Luciene da Cruz Fernandes

VICE-PRESIDENTE:  
Ricardo Fernandes Carvalho

DIRETORA ADMINISTRATIVA:  
Danielle Souto de Medeiros

DIRETORA FINANCEIRA:  
Leopoldina Cachoeira Menezes

DIRETORA ACADÊMICA:  
Raquel Nery Lima Bezerra

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA:  
Hebe Alves da Silva

DIRETOR SOCIAL E DE  
APOSENTADOS  
Elvira Barbosa Quadros Cortes

Redação:  
Anaíra Lôbo e  
Carolina Guimarães  
ascom@apub.org.br  
WhatsApp: 71 9.9157-0037

Diagramação:  
Carlos Vilmar

Impressão:  
Gráfica Luripress  
Tiragem:  
3.500 exemplares  
Fechamento da edição:  
28/09/2017

## CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

Adicione o WhatsApp da Assessoria de Comunicação da Apub Sindicato e receba notícias e informações sobre a categoria.



**71 9.9157-0037**

71 3235-7433  
71 9.9353-0053  
apub@apub.org.br/ouvidoria@apub.org.br  
www.apub.org.br  
www.facebook.com/apub.sindicato  
twitter.com/apubsindicato  
www.youtube.com/ApubSindicato

### ENQUETE

A Apub Sindicato quer saber sua opinião e sugestões sobre o Jornal.

Acesse o QR Code ao lado e participe da enquete.





# Apub adere à Campanha Conhecimento Sem Cortes e instala Tesourômetro na UFBA

## É O PRIMEIRO PAINEL DA REGIÃO NORDESTE; CORTES NOS INVESTIMENTOS NAS UNIVERSIDADES E EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA SERÃO ATUALIZADOS DIARIAMENTE

Em vigor desde o mês de Junho, a Campanha Conhecimento Sem Cortes tem contribuído para denunciar o sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior e o desmonte da ciência brasileira; seu principal componente é o painel Tesourômetro, que mostra em tempo real a extensão dos cortes que têm sido promovidos desde 2015 e se intensificaram durante o governo ilegítimo de Michel Temer. A Campanha foi idealizada pela Associação de Docentes da UFRJ, em parceria com outras entidades sindicais docentes e entidades científicas, entre elas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Segundo a presidente da ADUFRJ, professora Tatiana Roque, a ideia era fazer uma campanha de mobilização social contra os cortes, portanto, a expansão sempre fez parte do planejamento: “a gente começou essa campanha aqui no dia 22 de junho, depois [o tesourômetro] foi instalado na UFMG através da nossa parceria com a Apubh, na reu-

nião anual da SBPC, e depois em Brasília, através da nossa parceria com a Adunb”, explica.

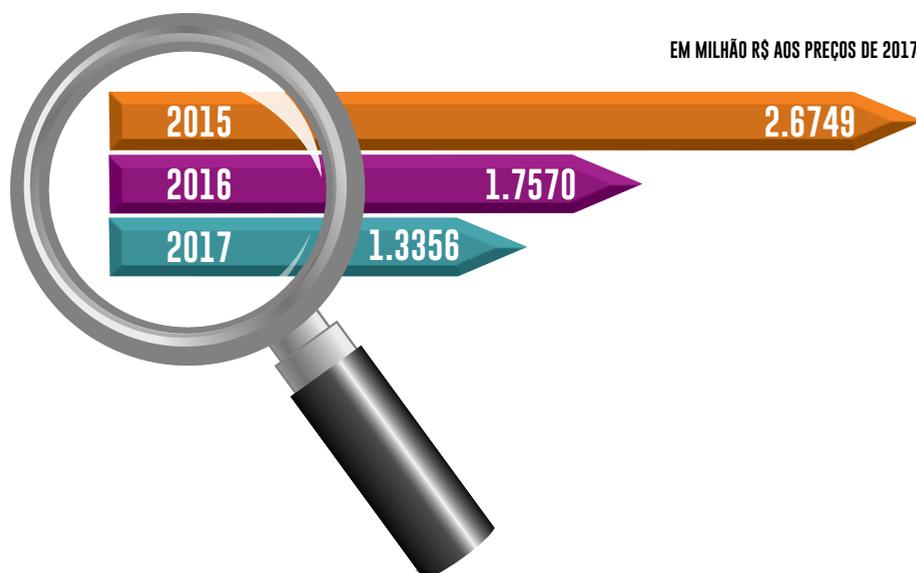
A UFBA será a primeira universidade do Nordeste a receber o painel, que ficará ao lado do prédio da Reitoria. É uma iniciativa da Apub, com apoio da administração central da UFBA, Assufba e DCE. A inauguração está marcada para o dia **16 de outubro**, data também da abertura do Congresso da UFBA. O presidente da SBPC, Ildeu Moreira estará presente para debater sobre a situação orçamentária da ciência e tecnologia e os riscos que a ausência de investimentos nessas áreas traz para o desenvolvimento do país. Outro convidado é o presidente da ADUFC Sindicato, professor Enio Pontes, que tem dado várias palestras pelo país a respeito dos cortes no financiamento das IFES.

A promoção de atos e debates é parte das atividades da Campanha. “Ela é uma campanha mais ampla, que inclui esses tesourômetros, uma petição

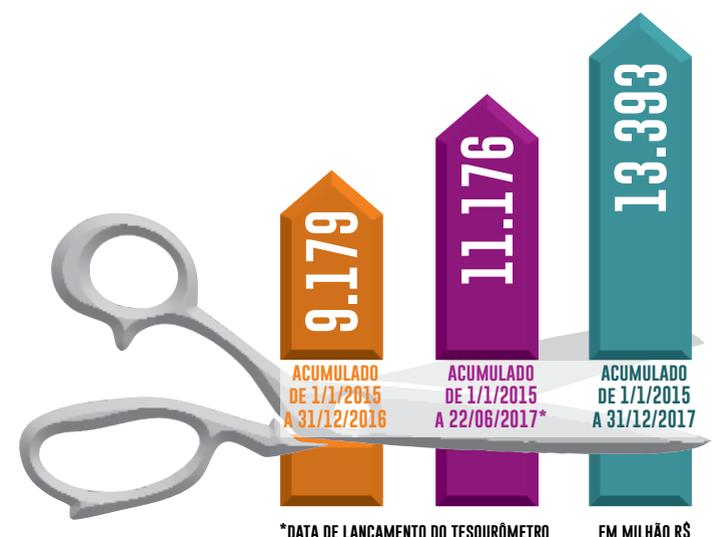
[online], que será entregue no Congresso Nacional dia 10 de outubro e a produção de vários materiais esclarecendo, mostrando para a população o que a universidade faz e porque é importante o investimento público tanto na universidade, quanto na pesquisa em ciência e tecnologia”, esclarece Tatiana Roque.

Para a presidenta da Apub, professora Luciene Fernandes, a Campanha é uma importante forma de denúncia dos cortes que “têm impactado significativamente a universidade e o trabalho docente”; é ainda uma oportunidade de esclarecer sobre o papel da universidade e da pesquisa científica, aproximando a população desses temas: “a produção e democratização do conhecimento são estratégicas para o desenvolvimento de um país com soberania nacional e justiça social. Precisamos mostrar isso para que toda sociedade se engaje nessa luta”, afirma.

### ORÇAMENTO FEDERAL PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (CAPES, MCTI E UNIVERSIDADES FEDERAIS) DESPESAS NÃO OBRIGATÓRIAS



### CORTES ANUAIS NO ORÇAMENTO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PERDAS EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2015





# Educação pública brasileira enfrenta cenário inédito de desmonte

Escola Sem Partido, Reforma do Ensino Médio. Metas do Plano Nacional de Educação mais ameaças do que nunca. Desmonte do Fórum Nacional de Educação. Cortes nas agências de fomento à pesquisa. Universidades em crise financeira, correndo risco de fechar as portas - que têm na situação da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), o seu mais dramático retrato.

A educação pública brasileira passa por um momento de desmonte que impressiona tanto pela velocidade quanto pela coordenação das ações, voltadas para a desobrigação do Estado do cumprimento do seu dever Constitucional de oferecer acesso à educação de qualidade. Dever esse que, se antes já não era cumprido em sua totalidade, fica ainda mais comprometido pela aprovação da Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos o crescimento das despesas públicas. Para o coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, trata-se de uma conjuntura inédita: "considerando que nenhum outro governo atacou a Constituição Federal como o de Michel Temer, nenhum outro momento é pior que o atual, aliás, nada é comparável. A diferença é básica: até aqui todos os governos descumpriram em maior ou menor grau a Constituição Cidadã, mas nenhum a descumpriu e, ao mesmo tempo, a atacou de forma tão vil", declara. E conta: "em setembro de 2016, enquanto essa matéria tramitava na Câmara dos

Deputados, apresentei a proposição do Temer para o Gordon Brown, ex-premiê britânico. Foi durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele ficou atônito. Denunciamos também o teto dos gastos públicos federais para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) e para o Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU. Ela foi criticada por ambas as instâncias".

## AVANÇOS, CARÊNCIAS E CONTRADIÇÕES

Mesmo antes da aprovação da Emenda, havia grandes desafios para a educação brasileira. O último relatório *Educacion at Glance*, divulgado no dia 12 de setembro deste ano pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostra em números o quadro educacional brasileiro na comparação com outros 45 países. Os dados revelam o que educadores/as já poderiam imaginar: mesmo com os avanços dos últimos anos, persistiam problemas de evasão escolar, pouco investimento por aluno e baixos salários para os/

as professores/as. De acordo com o relatório, em 2015, mais da metade dos adultos, com idade entre 25 e 64 anos, não tinham acesso do ensino médio e 17% da população sequer concluiu o ensino básico.

Ainda, segundo o documento *EC Nº 95/2016 - teto de gastos públicos: questões essenciais para o desenvolvimento da educação*, elaborado em janeiro deste ano pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, "em 2013 somente 4,2% das escolas de educação básica no País possuíam infraestrutura adequada e a oferta de educação infantil em creches atingia apenas 23,2% das crianças (Inep); em 2014, o rendimento médio dos professores de educação básica correspondeu a 54,5% do rendimento médio dos demais profissionais com mesma escolaridade (IBGE, Pnad); apesar de o piso salarial dos professores da educação básica estar definido em lei, somente 14 estados e 8 capitais cumpriam, em 2016, suas disposições integralmente (SASE/MEC)". Entretanto, o mesmo documento informa que em 2014, 97,7% da população de 6 a 14 anos e 83,8% da população de 15 a 17 anos frequentavam a escola ou concluíram a respectiva etapa de ensino e que os investimentos públicos em educação passaram de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,0% em 2013.

Muito desse crescimento era devido ao Plano Nacional de Educação (PNE). Em vigor desde de 2014,

através da Lei nº 13.005, o PNE estabeleceu um conjunto de metas voltas para a universalização da educação básica, acesso ao ensino superior de qualidade, formação qualificada de professores, erradicação do analfabetismo e aumento da escolaridade da população brasileira. Em termos de financiamento, foi definido o investimento de 7% do PIB até o quinto ano de vigência do plano e aumento gradativo até o alcance de 10% em 2024. Outra estratégia foi a criação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) da educação básica, que define o investimento mínimo necessário por aluno para garantir a qualidade do ensino e obriga a União a complementar esse recurso caso Estados e Municípios não tenham capacidade prover o valor mínimo.

“O desafio da educação, como ela era antes do golpe, era descobrir um meio de que o financiamento resultasse em qualidade. Porque o fato é que o Brasil avançou, todos os órgãos internacionais dizem. Hoje o acesso à educação básica não é democratizado, mas ele foi universalizado”, afirma a professora e diretora acadêmica da Apub, Raquel Nery.

Explicar o porquê do investimento realizado não ter se convertido em qualidade não é tarefa simples. Algumas das hipóteses levantadas pela professora passam pelo próprio conceito do que é educar. “Eu acho que a educação brasileira funciona ao contrário, ela está de ponta-cabeça: as escolas, mesmo as boas escolas, elas têm uma lógica de funcionamento que é: eu sou um fim em mim mesma. Então a responsabilidade do êxito escolar é do estudante. Quando, normalmente, nos sistemas de ensino nos países desenvolvidos o que você tem é a escola se responsabilizando pela aprendizagem”, diz. Nesse contexto, o próprio papel do professor no processo de aprendizagem é minimizado: “Então o que é o professor? É aquele que tem um valor, um capital e o estudante é o ente em quem você fará um depósito. E aí tem uma questão epistemológica mesmo, o que é o indivíduo, o que é o sujeito

que aprende? Aprender corresponde a quê? É uma crítica que a gente tem que fazer ao nosso próprio sistema educacional, que problematiza muito pouco essa questão. Agora a gente está quebrando um pouco a cabeça com isso por causa do Escola Sem Partido (Veja Box).

Já Daniel Cara, critica a própria gestão das políticas educacionais e a forma como sucessivos governos não colocaram a educação como prioridade. “E como é possível transformá-la em prioridade?”, questiona. “Fazendo com que a gestão da educação seja liderada pelos educadores, como a saúde é liderada pelos sanitaristas, especialmente médicos. Isso, no Brasil, seria inédito: ter educadoras e educadores à frente do MEC. Veja, nunca tivemos um ministro que, de fato, entendesse de educação, em termos pedagógicos e de gestão. Muito menos de educação básica. E numa área predominantemente feminina, só tivemos uma ministra. Mas ela também não entendia de educação. Com grande prejuízo, ao menos, provamos uma tese: economistas e advogados são péssimos gestores de política educacional. Entregar a educação aos educadores, portanto, é revolucionário”, afirma.

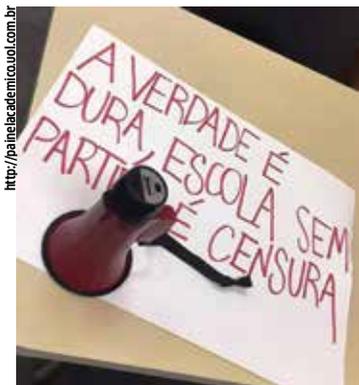
## DESAFIOS ADICIONAIS

Diante dos desafios adicionais trazidos pela ascensão de um governo ilegítimo e descomprometido com o desenvolvimento do país, educadores/as e entidades têm buscando diferentes estratégias de luta. Uma delas, foi a construção do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Criado após o desmonte do Fórum Nacional de Educação, o novo Fórum – do qual o PROIFES-Federação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação são algumas

das entidades fundadoras – tem trabalhado para a organização da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape 2018), e pela garantia da participação popular e controle social das políticas para a Educação. “Ambos são mecanismos da sociedade civil para enfrentar as arbitrariedades de Michel Temer, Mendonça Filho (Ministro da Educação) e Maria Helena Guimarães de Castro (Secretária-Executiva do MEC) contra todo o sistema de participação social do PNE. Além disso, a Conape e o FNPE devem ser as sementes de uma retomada democrática da Conferência Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação. Ou seja, são embriões de luta para a retomada da democracia plena no âmbito da política educacional”, destaca Daniel Cara.

O campo de luta passa também pela educação básica, onde, hoje, uma das bandeiras é a defesa da continuidade a do o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previsto para terminar em 2020. Atualmente, tramita no Senado uma Emenda Constitucional (PEC 24/2017), de autoria da senadora Lídice da Mata que torna o Fundo uma política permanente; na audiência pública a respeito do tema, realizada no dia 12 de setembro, a senadora reafirmou a ameaça que a EC 95 representa para a educação básica e defendeu: “creio que é necessário para a área de educação que nós possamos ter a iniciativa de não apenas nos colocarmos numa posição de defesa, de resistência, mas de avanço em relação às nossas proposições”.

É um ponto de vista similar ao da professora Raquel Nery: “hoje os desafios são não apenas reconstruir aquilo que esse governo em tão pouco tempo já destruiu, mas buscar a qualidade. E além disso pensar para que serve a educação. Eu tenho que educar para gerar a competência de você pensar por si mesmo”, diz.



## Escola Sem Partido e quem educa os educadores

Mesmo amplamente criticado por setores educacionais, os projetos relacionados ao “Escola Sem Partido” têm atraído setores da sociedade incomodados com uma suposta “doutrinação ideológica” nas escolas – tanto no espectro político “de esquerda” quanto no moral, em relação às sexualidades. “O jovem do Escola Sem Partido é vulnerável. Ele é um ente que não tem autonomia para tomar decisão, fazer escolhas, pensar. Ele é tutelado. E é uma concepção de juventude, de ensino e aprendizagem que é absolutamente incompatível com todos os documentos que falam sobre educação no Brasil”, afirma Raquel Nery. Ela alerta, entretanto que a popularidade que o projeto tomou é sintoma de que há problemas no sistema educacional e que as famílias estão percebendo. Alerta também para a necessidade de incluir os/as docentes da educação básica nesse debate. “Quantos debates você já foi sobre o Escola Sem Partido que tinha um professor da educação básica falando? Há um conjunto de crenças que coloca o professor da educação básica numa posição de subalternidade. E eu vejo pouca mobilização nessa direção de reconhecer que ninguém melhor do que ele/a sabe o que acontece na educação básica, mas nós não validamos esse saber. Então, o Escola Sem Partido, no fim das contas, quando ele postula que se coloque um cartaz dizendo o que o professor não deve fazer, de alguma maneira está reproduzindo aquilo que a universidade também faz nos processos de formação de professores”.

ENTREVISTA: GRAÇA DRUK

“Considero que estamos sofrendo o mais violento ataque aos serviços públicos e ao conjunto dos trabalhadores no Brasil”



## “A terceirização é uma das principais formas de precarização do trabalho no serviço público e privado”

O avanço da terceirização é uma das estratégias para o desmonte gradual do serviço público; gera trabalhadores e trabalhadoras em situações de maior insegurança e dificulta a organização sindical. É o que esclarece a professora Graça Druck, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (FFCH). Em seu mais recente artigo, “A Terceirização no serviço público: particularidades e implicações”, ela retrata uma década de terceirização na UFBA, destacando seu aumento, especialmente em relação ao número de contratados/as por concurso público, o perfil desses/as trabalhadores/as e suas áreas de atuação, além dos impactos orçamentários da prática. Em entrevista à Apub Sindicato, a professora situa a terceirização entre os ataques ao Estado e ao serviço público e alerta para o risco de desaparecimento do funcionalismo.

**APUB:** O estudo sobre o processo de terceirização de funcionários da UFBA analisou que em apenas uma década (2006-2015) o número de terceirizados aumentou em 127%. Nesse mesmo período, houve mais investimentos em políticas sociais e expansão universitária com política de cotas, Reuni, interiorização das IFES. Como você avalia a coexistência desses fenômenos?

**GRAÇA DRUK:** Sim. É verdade. Enquanto o número de terceirizados cresceu 127%, o de técnicos administrativos aumentou apenas 2,2%. Nesse período, cabe destacar o crescimento a partir de 2009, ano em que já estava em curso o Reuni, que implicou o aumento de cursos, vagas e instalações. E, com isso, aumentou a demanda de serviços de apoio e administrativos, cuja resposta foi o incremento da terceirização, a exemplo do que ocorreu em 2009 em relação a 2008: enquanto o número de funcionários decrescia 2,6%, o quantitativo de terceirizados crescia 13%. O que explica essa situação é a incapacidade do governo de implementar um plano de ampliação da rede Federal de Ensino Superior de forma completa e consequente, isto é, abrindo concursos públicos para docentes e técnico-administrativos que atendessem às novas necessidades. O que ocorreu foi a intensificação do trabalho para todos os servidores e a substituição crescente de funcionários públicos concursados por empregados terceirizados, criando uma situação de instabilidade e precarização, que tem resultados nefastos para a Universidade.

**APUB:** De acordo com a sua pesquisa, a contratação de empresas terceirizadas tem alto custo para

a Universidade e não freia o desperdício de recursos. O fenômeno da terceirização é, portanto, uma decisão política. Como isso afeta o funcionamento da Universidade? E do serviço público como um todo, já que não é um fenômeno isolado?

**GRAÇA DRUK:** No caso da UFBA, dados da Administração Central para 2015 mostram que as despesas com empresas terceirizadas representavam 64% do total da despesa com contratos administrativos. O valor total mensal pago pelos serviços terceirizados era de R\$ 5.165.237,43, e representava aproximadamente 55,5% das verbas de custeio da universidade. Por isso, quando há contingenciamento e cortes de recursos pelo governo, os empregados terceirizados são os primeiros a sofrerem. Pois as empresas contratadas justificam o atraso de salários ou o não pagamento de direitos (13º, férias, FGTS) por conta da falta de repasse da Universidade. Essa é apenas uma das perversidades da terceirização no serviço público. Pois essas empresas não vivem só da UFBA, têm contratos com outras instituições públicas e privadas, declaram ter entre 12.000 e 24.000 empregados, como é o caso das empresas de vigilância e limpeza, por exemplo. Situação que não justificaria recair sobre os seus empregados os possíveis atrasos no repasse e pagamento das instituições contratantes.

Cabe observar que embora os serviços de limpeza, portaria e vigilância sejam considerados secundários, acessórios ou periféricos (como atividades-meio), a experiência concreta das universidades tem mostrado que são indispensáveis para o seu funcionamento.

“As pesquisas realizadas no país demonstram que os trabalhadores terceirizados ganham menos, trabalham mais, adoecem e sofrem mais acidentes, são mais instáveis (rotatividade é maior), têm menos benefícios, têm seus direitos trabalhistas sonegados e têm menos capacidade de organização sindical. A terceirização tem também esse objetivo: pulverizar os sindicatos, o que leva a uma fragilização das lutas, dada a divisão dos trabalhadores”.

**APUB:** No período estudado, o aumento do número de técnico-administrativos foi de apenas 2,2%. Em que medida a Universidade, partindo do pressuposto de sua autonomia, poderia impedir o aumento da terceirização?

**GRAÇA DRUK:** O fenômeno da terceirização no serviço público teve sua “liberalização” com a Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, que estabeleceu as diretrizes de um “Estado gerencial”, no qual a privatização e a terceirização assumiram lugar central. Foi parte da Reforma do Estado a reestruturação de cargos e da carreira do funcionalismo, extinguindo funções mesmo que necessárias para o serviço público. Esse é o caso, por exemplo, do trabalho de limpeza, vigilância, portaria, motoristas, dentre outros, que eram parte da estrutura de cargos do funcionalismo, mas que não existem mais e, por isto, não se pode abrir concursos públicos, só restando a alternativa da terceirização. Por isso, é muito difícil para uma universidade pública impedir o crescimento da terceirização. Ela não tem autonomia para isso. O que pode ser feito, e esse tem sido o esforço da atual administração da UFBA, é um maior controle dos contratos, um acompanhamento maior do cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas, um maior rigor na seleção das empresas, mesmo que limitado pela lei da licitação (que define o critério do menor preço), o recurso ao pagamento direto aos empregados terceirizados, através da mediação do Ministério Público do Trabalho, quando da situação irregular de alguma empresa. São iniciativas para minorar a precarização do trabalho dos terceirizados, mas que não impedem o seu crescimento.

**APUB:** Observamos no período da greve da UFBA em 2015 que funcionários terceirizados tiveram seus salários atrasados e ainda estavam sujeitos a ter os pontos cortados caso paralisassem suas atividades. Pode-se afirmar que a terceirização é também uma via para desorganização dos/as trabalhadores/as?

**GRAÇA DRUK:** Sim. A terceirização é uma das principais formas de precarização do trabalho no serviço público e privado. As pesquisas realizadas no país demonstram que os trabalhadores terceirizados ganham menos, trabalham mais, adoecem e sofrem mais acidentes, são mais instáveis (rotatividade é maior), têm menos benefícios, têm seus direitos trabalhistas sonegados e têm menos capacidade de organização sindical. A terceirização tem também esse objetivo: pulverizar os sindicatos, o que leva a uma fragilização das lutas, dada

a divisão dos trabalhadores. É só observar o caso da UFBA: há um conjunto de empregados terceirizados (em 2015 eram 2.161) que trabalham junto com docentes e técnico administrativos, garantindo o funcionamento da Universidade. Porém eles são “invisíveis”, pois quando se fala na comunidade universitária, normalmente é uma referência aos estudantes, professores e funcionários. Para o caso dos segmentos que pesquisamos – limpeza, portaria e vigilância – cada um tem um sindicato a qual pertence a sua categoria profissional, ou seja, são três sindicatos e a ASSUFBA, que representa os técnico-administrativos da UFBA e não congrega os terceirizados. Isso sem contar os empregados da manutenção, tecnologia de informação, etc. Na realidade, os terceirizados têm vários sindicatos e, ao mesmo tempo, não têm nenhum, pois não conseguem se agrupar e se organizar como trabalhadores da UFBA, que, na realidade, todos eles são.

**APUB:** O último ano analisado pelo estudo foi 2015. De lá para cá, o governo Temer assumiu e tem tomado medidas aceleram o desmonte do serviço público no Brasil. Você pretende dar continuidade a esse estudo? E qual sua avaliação dos impactos destas medidas a longo prazo?

**GRAÇA DRUK:** Sim. Considero que estamos sofrendo o mais violento ataque aos serviços públicos e ao conjunto dos trabalhadores no Brasil. O congelamento dos gastos públicos por vinte anos, a lei da terceirização que a liberou para todas as atividades sem qualquer limite, a reforma trabalhista que implode a CLT, a Justiça do Trabalho e a previdência, a proposta de reforma da previdência. Mais recentemente, o PDV [Plano de Demissão Voluntária] para o funcionalismo público, suspensão dos concursos públicos e dos reajustes salariais, a redução de carga horária e de salários, aumento da alíquota do INSS para 14%, o projeto do governo que estabelece o fim do ensino gratuito, o parecer do Ministério do Planejamento sobre a falência financeira do Estado do Rio de Janeiro, que sugere o fim do financiamento público para o ensino superior. É uma avalanche de medidas que já está paralisando a máquina pública e inviabilizando os serviços públicos no país. O estabelecimento de metas fiscais para 2018 evidencia a opção de classe que este governo ilegítimo representa, cortes nos serviços públicos e o pagamento de juros da dívida pública, que tem sugado 42% das receitas do país. Isto significa a transferência de recursos públicos para o capital financeiro em detrimento da prestação de serviços públicos de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, assistência social, etc.

O orçamento federal para 2018 está sendo qualificado de “criminoso”, pois determina o desmonte da assistência social e dos serviços públicos. No caso do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), um corte de 97%, caindo de R\$2,376 bilhões para 67 milhões. Um corte de 11% no Bolsa Família, reduzindo de 1,2 milhões de famílias para 800 mil. Na Educação básica, uma redução de 42%, caindo de 7,4 bilhões para 3,5 bilhões. Na educação superior, um corte de 32%, descendo de 8,7 bilhões para 5,9 bilhões. Enquanto isso, o governo gastou 4,1 bilhões de reais com emendas parlamentares, moeda de troca para os deputados votarem pelo engavetamento da primeira denúncia de Temer pela Procuradoria Geral da República. Adicionalmente, têm as desonerações fiscais, o REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), que é o refinanciamento ou perdão de dívidas das empresas, estados e municípios para com a União. Estima-se que o novo REFIS que está sendo negociado no Congresso Nacional trará um prejuízo de 23 bilhões aos cofres da União.

Penso que se não conseguirmos dar um basta a esta avalanche de ataques, organizando uma forte resistência, unificada e radicalizada, estaremos, a médio e longo prazo condenados a desaparecer enquanto funcionários públicos. E não é isso que a imensa maioria da sociedade quer e precisa. Por isso, acredito que ela resistirá e lutará, a começar por nossa Universidade, que precisa se levantar em defesa do ensino público e gratuito, de sua autonomia e da liberdade de discussão.

## Contra desmontes, servidores reorganizam Fórum Estadual

Em reação aos ataques aos servidores e ao serviço público – que incluem o anúncio de congelamento de reajuste, aumento da contribuição previdenciária e mudanças na estrutura das carreiras e malha salarial – a Apub articulou a reativação do Fórum Estadual dos Servidores Públicos, cuja primeira reunião aconteceu no dia 05 de setembro, na sede do sindicato. O grupo tem organizado atividades conjuntas de mobilização e uma campanha unificada em defesa do serviço público.

## REPRESENTAÇÃO DOCENTE

## Em encontro internacional, PROIFES, CNTE e Contee apresentam estratégias de luta contra mercantilização da educação

O PROIFES-Federação, representado pelos diretores Gil Vicente (ADUFSCar Sindicato) e Luciene Fernandes (Apub Sindicato), participou, entre os dias 20 e 22 de setembro do Encontro Latino-americano sobre a Campanha contra a privatização e mercantilização da educação “Educar, não Lucrar”, na Costa Rica, promovido pela Internacional da Educação para a América Latina (IEAL). O evento debateu a expansão das empresas privadas na educação e suas novas formas de obtenção de lucro, inclusive utilizando-se de fontes públicas de financiamento. A delegação brasileira também foi formada por representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). As três entidades apresentaram dados da conjuntura brasileira e um plano de trabalho conjunto para o enfrentamento da privatização e mercantilização da educação pública no país.

Em entrevista à Contee, o professor Gil Vicente esclareceu que o PROIFES fez uma comparação dos avanços do período dos governos Lula e Dilma – ainda que com lacunas e limitações –, e os retrocessos após o golpe de 2016. Foi apontado como avanço, por exemplo, o próprio Plano Nacional de Educação (PNE) e a conquista dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor. Entre as limitações, os espaços deixados pelo PNE para envio de recursos para o setor privado, o que acabou acontecendo com o crescimento alarmante do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o governo Dilma. “De maneira que a gente realmente saiu de [um investimento] de 4% para 6,5% do PIB, mas nesse mesmo período, o dinheiro para o setor privado que era aproximadamente 0,4% do PIB passou para quase

“uma das principais lutas é pela revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos” Gil Vicente.



Delegação brasileira, formada por representantes da Contee, CNTE e PROIFES-Federação

1%, muito em função do FIES”, disse. A situação, de acordo com o professor, ficou “infinitamente pior” com o governo Temer, cuja política vai na direção contrária do projeto eleito em 2014.

Ainda segundo Gil Vicente, uma das principais lutas é pela revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos. No Encontro, ele demonstrou que a Emenda será responsável por uma redução drástica nos próximos dez anos, de pelo menos 20% dos investimentos em educação. Para as Instituições de Ensino Superior, os efeitos chegam antes: para 2018 há previsão de corte de 32% no orçamento para as universidades e uma fatia ainda maior nos Institutos Federais: “significa que, no médio prazo, de um ano a dois anos, a gente vai ter, possivelmente, os investimentos nas universidades e nos institutos federais próximos de zero”, disse.

Diante do quadro, as entidades expuseram suas estratégias de luta, como a criação de um observatório sobre o PNE, com ênfase no acompanhamento de sua execução e, especificamente, no que diz respeito a utilização de lacunas na legislação para avanço na privatização e a organização de uma campanha dentro da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), em defesa da educação pública frente às políticas de mercantilização.

Ao avaliar o Encontro, Luciene Fernandes destacou a importância da troca de informação e experiência das diversas entidades, uma vez que os processos de privatização e mercantilização do setor educacional não são exclusividade do Brasil: “somente conhecendo o que acontece com a educação pública no mundo é que podemos criar estratégias de enfrentamento”, afirmou.

Com informações da Contee